

LEANDRO DE PAULA FERREIRA

Próxima parada, Caxias!

NOVA IGUAÇU

2012

LEANDRO DE PAULA FERREIRA

Próxima parada, Caxias!

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lucia Silva

NOVA IGUAÇU

2012

LEANDRO DE PAULA FERREIRA

Próxima parada, Caxias!

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

Banca Examinadora:

Profª Lucia Helena Pereira da Silva
Departamento de História e Economia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

Profº Samuel Maia
Secretaria de Meio Ambiente Agricultura e Abastecimento
Prefeitura de Duque de Caxias

Profº Jean Rodrigues Sales
Departamento de História e Economia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar

Dedicatória

Aos meus pais, Antônio e Norma. Meus irmãos, Lucian e Leonardo, minha tia Débora,
ao amigo Leonardo Jesus e a minha esposa Daniele.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de emancipação do município de Duque de Caxias, a partir do evento “da mudança da placa” em 1930. A cidade da Baixada Fluminense, que até o início dos anos 40 pertencia à Nova Iguaçu, foi emancipada no Estado Novo durante a administração do interventor federal Ernani do Amaral Peixoto.

De uma pequena localidade rural no início do século XX, o distrito iguaçuano foi incorporado ao contexto urbano na década de 30, deixando para trás suas características campestres. Caxias teve um aumento considerável de população nesse período, concentrando muitos migrantes, pequenas indústrias e comércio. O perfil econômico da região caxiense, cada vez mais urbano, distanciava-se da elite agrária do distrito sede, atrelada à produção de laranja. Com atividades econômicas distintas, os interesses dos grupos locais acabaram entrando em conflito com a sede Nova Iguaçu, lideranças e entidades começaram a se articular visando à separação, que finalmente ocorreu no ano de 1943.

Palavras-chave: Duque de Caxias, emancipação, migração, urbanização.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of emancipation of the municipality of Duque de Caxias. The city of Baixada Fluminense, who until the early 40s belonged to Nova Iguaçu, was emancipated in New State during the administration of federal interventor Ernani do Amaral Peixoto.

In a small rural town in the early twentieth century, the district was incorporated into iguaçuano urban context in the 30s, leaving behind their characteristics countryside. Caxias had a considerable increase in population during this period, concentrating many migrants, small industries and commerce. The economic profile of the region caxiense increasingly urban, distanced themselves from agrarian elite district headquarters, linked to the production of oranges. With different economic activities, the interests of local groups ended in conflict. Not satisfied with the treatment that Nova Iguaçu dispensed to the district leaders and organizations have begun to articulate aiming at separation, which finally occurred in 1943.

Keywords: Duque de Caxias, emancipation, migration, urbanization.

SUMÁRIO

Introdução	08
1. Próxima parada, Caxias!.....	11
1.2 O Rio, terra de oportunidades e de um local para morar	12
1.3 Água no lugar de terra	14
1.4 Trabalhadores rumo à Baixada!.....	18
1.5 Leopoldina, a imperatriz e a ferrovia	21
2. Política no oitavo distrito.....	24
2.1 Amaral Peixoto e a arte da política.....	28
3. A mudança da placa: de Merity a Caxias	33
3.1 Primeiro a placa	33
3.2 ...depois o distrito	35
3.3 A mobilização caxiense e o decreto 1055	36
Conclusão	46
Bibliografia	49

Introdução

Duque de Caxias é um município da Baixada Fluminense que se emancipou de Nova Iguaçu no ano de 1943. Até o começo do século XX o local se resumia a uma pequena parada de trens com pouca expressão na produção agrícola, denominada de Merity. Entretanto sua paisagem mudou quando suas antigas chácaras e fazendas foram fracionadas para virarem loteamentos. O baixo preço dos terrenos e a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, ligado diretamente através do trem, transformaram o lugar em opção de moradia para os que migravam para o Distrito Federal.

Dessa forma Caxias passou de zona rural para área urbana em pouco tempo. O perfil econômico e social (comércio e indústria) que estava se formando na localidade era diferente do distrito sede de Nova Iguaçu, ligado à produção de laranja. A administração pública destinava à lavoura citrícola os recursos públicos, deixando que as demais áreas da cidade sofressem com a escassez de investimentos. Nova Iguaçu “não cuidou” dos seus distritos e acabou perdendo parte de seu território com as emancipações que ocorreriam na década de 1940.

Este trabalho aborda o processo de emancipação do município de Duque de Caxias nos anos 40, mas inicia seu estudo ainda em fins do século XIX, momento em que a região era conhecida como Merity. Para analisarmos este período da história caxiense utilizamos a bibliografia disponível sobre a região, recorrendo a livros e trabalhos acadêmicos que elegeram a Baixada Fluminense como seu objeto de estudo. Além disso, consultamos jornais da época que se encontram disponíveis no Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”, localizado na Câmara Municipal de Duque de Caxias; tais como o jornal “O Tópico” e “O Municipal”.

A bibliografia que tem como objeto a Baixada Fluminense e principalmente Caxias é incipiente, porém destacamos o livro “De Merity a Duque de Caxias – Encontros com a História da Cidade”, de Antônio Augusto Braz e Tânia Amaro (2010). Esta obra retrata a formação da cidade de Duque de Caxias, desde os tempos em que ainda era conhecida como Merity, passando pelas estratégias de ocupação do território por parte da população caxiense.

Outra obra que utilizamos nesta pesquisa foi a dissertação de mestrado “Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)” de Marlúcia Santos de Souza, defendida em 2002. Neste trabalho a autora traça um panorama geral de Caxias abordando fatos que compuseram a história do lugar como os projetos governamentais (obras de saneamento, formação de núcleos coloniais, a Cidade dos Meninos e a Fábrica Nacional de Motores), a composição social e política da região, além de apresentar os momentos políticos em que a elite local esteve presente.

Trabalhamos ainda com o livro “A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense”. Nesta obra de 2007, Manoel Ricardo Simões enumera as cidades que se formaram a partir de Nova Iguaçu, apresentando as peculiaridades de cada processo emancipatório e os efeitos da perda destes territórios na economia iguaçuana.

Em todas essas obras o evento relacionado à mudança da placa da estação (de Merity para Caxias) é mencionado, mas pouco analisado. Buscando suprir esta lacuna na historiografia local, foi pensada esta monografia.

Dessa forma optamos por dividir o trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo trataremos do processo de ocupação do atual território de Caxias com o fluxo migratório em direção à região. Atraídos pela oportunidade de conseguir um emprego na capital federal esses trabalhadores, devido à reforma urbana que a capital federal promovia, acabaram indo se instalar no subúrbio carioca e na Baixada Fluminense, acompanhando o traçado das ferrovias Estrada de Ferro Central do Brasil e Leopoldina Railway. O objetivo deste capítulo é apresentar o cenário social que possibilitou a atração da população articulando a importância da linha férrea ao desenvolvimento da migração na região

Já no segundo capítulo abordaremos a questão política na região, destacando os principais personagens envolvidos no cenário político de Caxias, como Amaral Peixoto, Manoel Reis, Tenório Cavalcanti e Getúlio de Moura e que de alguma forma contribuíram para a separação de Nova Iguaçu. O objetivo desta parte é apresentar, ainda que de forma panorâmica, as correlações políticas existentes no momento da emancipação.

Na terceira e última parte discutiremos as estratégias de mobilização da população caxiense. A mudança da placa da estação ferroviária por um grupo de moradores na década de 30 foi uma tentativa de “refundar” o local, afastando-se da simbologia negativa que o antigo nome trazia. Outro recurso desenvolvido foi criação de associações representativas e filantrópicas, caso da União Popular Caxiense (UPC) e da Associação Comercial de Caxias, entidades que aglutinaram as lideranças da região. Neste capítulo o objetivo é apontar outros sujeitos que participaram do processo de emancipação. Para além dos políticos, havia uma demanda social exigindo a separação e foi na articulação entre os dois movimentos que Caxias deixou de ser o oitavo distrito de Nova Iguaçu.

O que atravessa todo o trabalho é a ideia que a troca da placa indicaria duas situações: a importância da linha férrea na vida da comunidade, daí o simbolismo da escolha da estação para indicar o lugar onde se iniciaria o processo de emancipação; e a mudança do nome como indício de construção de um novo lugar, deixando para trás o passado ligado à Nova Iguaçu, identificado à pobreza, à doença e à submissão. “Próxima parada, Caxias” relaciona o progresso e a modernidade que o grupo local queria imprimir ao lugar e estes não poderiam ser associados à Merity (nome indígena).

Capítulo I

Próxima parada, Caxias!

Em 2010 o censo demográfico realizado pelo IBGE registrou no município de Duque de Caxias uma população de 855.048¹ moradores. Cerca de um século atrás este número não chegava a marca de mil almas na antiga localidade de Merity. Ao longo destes cem anos muitos migrantes oriundos do interior fluminense, de Minas Gerais e do Espírito Santo embarcaram nos trens da Leopoldina e seguiram viagem rumo à estação ferroviária de Caxias, naquele momento parte do então território iguaçuano, em busca de um pedaço de chão onde pudessem erguer suas moradias e “fazer a vida”. Estas pessoas vinham atrás de emprego e o Distrito Federal, região próxima de Caxias, tinha muitas oportunidades de trabalho.

Dessa forma os primeiros que chegaram ao Rio de Janeiro conseguiram ocupar um espaço próximo ao seu local de trabalho, mas com o passar do tempo, morar perto do emprego tornou-se cada vez mais difícil fazendo com que a mão-de-obra procurasse alternativas em outras regiões próximas da capital. Quem não conseguia espaço na área central da cidade do Rio de Janeiro tinha que seguir em direção ao subúrbio carioca, acompanhando os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e posteriormente da Companhia Leopoldina Railway. Com os espaços no Distrito Federal cada vez mais disputados a Baixada Fluminense tornou-se uma opção viável.

A chegada maciça de novos moradores em busca de trabalho na capital federal foi um fator responsável pelo aumento demográfico da região. Algumas políticas públicas de intervenção também empurraram milhares de pessoas para o município de Iguassu, entre estas ações estatais estavam as obras de modernização do Centro carioca, que removeu centenas de famílias da região central, além das operações de drenagem e saneamento na região de Iguassu, que possibilitaram a ocupação de territórios que sofriam com enchentes e alagamentos.

Neste capítulo trataremos da busca por emprego e moradia empreendida pelos migrantes, que por vontade própria ou forçados pelas “políticas urbanas”, acabaram chegando até Caxias. Discutiremos ainda as obras que revelaram novas terras na

¹ Censo de 2010, IBGE.

Baixada e como essas áreas seriam utilizadas. Analisaremos ainda o papel desempenhado pelo principal meio de transporte regular, o trem, responsável por levar e trazer do Rio de Janeiro os trabalhadores.

O Rio de Janeiro, terra de oportunidades e de um local para morar

A relação do homem com a terra sempre foi essencial, inicialmente significava alimento e sobrevivência, com o advento do capitalismo a idéia de chão se transforma em mercadoria. Para os fisiocratas ingleses a terra era um dos elementos mais importante na política econômica, pois a fonte de toda a riqueza vinha da terra. A importância que um pedaço de chão tem é tão grande que a sua concentração nas mãos de poucos ao longo dos tempos contribuiu para a eclosão, em diversas regiões do globo e em distintas épocas da humanidade, de inúmeros conflitos pela posse da terra colocando em lados opostos os grandes proprietários e pequenos camponeses, vitimando assim milhares de vidas.

No Brasil a história não foi diferente e o problema da má distribuição da terra, também concentrada e acessível a poucos, perdura até os dias de hoje, mas se no campo a terra significa para o pequeno lavrador a sobrevivência, nas áreas urbanas a conquista da terra é um símbolo de independência e afirmação econômica, de um trabalhador que conseguiu de alguma forma o seu pedaço de chão para nele erigir sua moradia e escrever sua história carregada de afetividade por aquele lugar que na maioria das vezes é conquistado com muito sacrifício e também na ilegalidade. Num pequeno naco de terra o trabalhador consegue levantar seu “modesto palácio”, que o acolherá após um dia inteiro de trabalho recompensado ao fim do mês com uma insuficiente remuneração para que ele sobreviva com “dignidade”.

Historicamente, na busca pela sobrevivência a população de baixa renda em busca de trabalho se fixou em lugares que podiam oferecer-lhe oportunidades melhores de emprego ou simplesmente um trabalho. O Rio de Janeiro, por ter sido capital do Império e posteriormente da República até 1960, sempre foi um local de atração de migrantes em busca de melhores condições de vida. No início do século XX, as atividades comerciais na capital eram intensas e se acentuaram ainda mais quando houve a instalação de modestas unidades fabris na área central da cidade, assim o fluxo de trabalhadores em direção ao Rio de Janeiro só aumentava. Na verdade estas

indústrias eram pequenos estabelecimentos dotados de baixo desenvolvimento tecnológico com sua produção constituída de itens de vestuário, bebidas, calçados e chapéus. Essas fábricas eram quase artesanais e precisavam de muita mão-de-obra para o seu funcionamento.

O número de habitantes crescia na cidade e o censo de 1872 assinalava o registro da população residente em 274.972 pessoas. Já nos registros de 1890 o número alcançava a marca de 522.651 habitantes, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 90%². Essa ampliação do mercado de trabalho atraiu muita gente e acabou provocando um aumento da população da cidade, mas esse não foi o único fator de explosão demográfica, uma vez que

“O final do século XIX não se caracterizou apenas pela multiplicação de fábricas no Rio de Janeiro. Outra face da mesma moeda, coincidiu também com o esgotamento do sistema escravista, com o conseqüente declínio da atividade cafeeira na Província do Rio de Janeiro e com o grande afluxo de imigrantes estrangeiros. Resultou daí um crescimento populacional acelerado via migração, que agravou consideravelmente o problema habitacional da cidade, pois levou ao adensamento ainda maior dos cortiços e ao recrudescimento das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade periodicamente.”³

E com a chegada cada vez maior de migrantes para o Rio de Janeiro em busca de emprego era necessário acomodá-los, dessa maneira a maior parte deles se instalava em habitações coletivas próximas ao seu local de trabalho. O centro da cidade abrigava um grande número de cortiços, além de reunir a maioria das unidades de produção, comércio e serviços. Os cortiços acabaram se tornando um problema e a política de remoção dessas moradias deslocou essa massa que morava nessas habitações, além de impedir a construção de novas casas dificultando a fixação de moradores pobres em áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro.

Restava então aos moradores buscar outras opções longe do centro, mas que fossem servidas por meios de transporte que facilitassem o acesso aos locais de trabalho. Inicialmente ocuparam as encostas dos morros cariocas e mais tarde foram se espalhando pela cidade até romperem os espaços do Distrito Federal rumo às terras de Iguassu, na Baixada. Só que morar na Baixada não era nada fácil, ruas sem

² Censo de 1890, IBGE.

³ ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. Pág 57.

pavimentação, ausência de abastecimento regular de água, muita lama, falta de uma rede de assistência a saúde, além de doenças causadas pela falta de saneamento básico e mosquitos, ainda que parte da região sofresse as intervenções das obras de dessecamento dos alagadiços. A “Terra Prometida” prometia mesmo inúmeras dificuldades aos que nela se aventurassem.

“Água no lugar da terra”

Quem passa pela RJ 071 (Rodovia Presidente João Goulart, popularmente conhecida como Linha Vermelha) na altura da Avenida Presidente Kennedy, no município de Duque de Caxias se depara com uma imensa área alagada localizada bem na entrada da cidade. É difícil imaginar que boa parte do território caxiense já foi um imenso pântano infestado de mosquitos e foco de doenças. Quem avista o terreno com a água represada pode ter uma idéia de como era a região décadas atrás. Logo na entrada do município, próximo ao Rio Meriti este alagadiço de enormes proporções parece não deixar esquecer que toda aquela região já sofria há tempos com as enchentes. A área permanece inundada, ocupada pelos mosquitos e outros insetos.

Essa situação fez com que durante muito tempo a região ficasse abandonada, pois até os anos de 1930 os charcos e as doenças provocadas pelos insetos e animais peçonhentos dificultavam a ocupação da região para a agricultura, pecuária ou simplesmente para construção de moradias. Conviver com os alagamentos e espremido entre as montanhas, restando poucos espaços secos para serem ocupados, não era uma particularidade da Baixada já que a cidade do Rio de Janeiro também era refém desta situação, restringindo-se por muito tempo à área central da cidade. O avanço para além do Centro carioca só foi possível no século XIX, na medida em que

“No que diz respeito à incorporação de novos sítios, teve grande importância a decisão da Câmara, em 1850, de intensificar os trabalhos de aterro do Saco de São Diogo. Para isso foi levantada, em 1851 a planta de todo o mangue, o que permitiu o posterior aterro e construção de um canal de escoamento, obra de Mauá, criando-se assim a Cidade Nova (que inclui não só a Cidade Nova dos dias atuais, como também os bairros de Estácio, Catumbi, o que sobrou do Mangue e parte do Rio Comprido). Os trabalhos de drenagem do Saco de São Diogo permitiram, por sua vez, a ocupação de grande parte dos terrenos situados no antigo Caminho de Mata Porcos (Estácio), e justificaram a criação da freguesia de Santo Antônio em 1854, desmembrada das de São José, Santana e Sacramento. Essa freguesia tinha jurisdição sobre parte da Lapa e sobre os

atuais bairros de Catumbi, Estácio e Santa Teresa, que só a partir da conclusão das obras de drenagem puderam ser efetivamente ocupados, embora já fossem habitados desde o início do século, estando inclusive localizada aí a nova Casa de Detenção, inaugurada em 1840 e no mesmo local até hoje.”⁴

Os aterros foram estratégias fundamentais para a aquisição de novas terras fora do centro carioca, expandindo a oferta de terrenos em outras regiões. Assim a cidade avançava e criava novos bairros, dessa forma o poder público direcionava o tipo de ocupação que seria dado àquele “novo” local, que poderia ser a construção de bairros para população de alto poder aquisitivo, bairros industriais ou ainda bairros dormitórios.

No município de Iguassu, no Recôncavo, os transtornos causados pelos alagamentos já despertavam a preocupação de autoridades na década de 1880, tal como informa o relatório de Hildebrando Góis

“(…) Já nas primeiras décadas do século passado, logo após a independência do Brasil, a tenção do Governo fora despertada pelos casos freqüentes de pirexias de caráter palustre na zona banhada pelos rios Irajá ,Meriti, Pilar e Iguassú , tendo sido nomeado em 1883, o major Rangel de Vasconcellos para estudar, in-loco causas do desenvolvimento dessa endemia e propor ao Governo as obras que julgasse necessárias. Em desenvolvido o relatório apresentado ao Ministro do império, que o sujeitou ao higienista Dr Jobim, aconselhou o Major Vasconcellos várias obras no sentido de dessecar os pântanos formados, declarando, porém, que sendo tais obras de custo elevado, não dispunha o Estado de recursos suficientes para executá-las.”⁵

A falta de recursos para o andamento das pesquisas e a execução dos projetos impediu uma solução para o problema, mas o tema não foi abandonado e voltou à pauta tempos depois, afinal essa imensidão de terras não poderia continuar sendo morada apenas de mosquitos e animais peçonhentos. Caso fosse drenada poderia servir à colonização por imigrantes. Uma outra maneira de ocupar a terra seria através da atividade agrícola com o cultivo de gêneros alimentícios que teriam destino certo abastecendo a capital. Assim nos primeiros anos da república e após duas Comissões de estudos infrutíferas, a de 1883 e 1889, o presidente da província fluminense, Joaquim Maurício de Abreu, já informava no relatório de 1895 que

⁴ ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. Pág 39.

⁵ GOES, Hildebrando de Araújo. *Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro Ministério de Viação e Obras Publicas , 1934.

“A Comissão de Saneamento da baixada prossegue regularmente nos estudos das regiões alagadiças próximas do litoral, para regularisar o curso das águas; realizado esse desideratum, o Governo entregará á agricultura terrenos fertilíssimos e, valorizados também pela proximidade de tres importantes centros de consumo e libertará as populações visinhas da malária, que há longos annos as tem desimado.”⁶

Vários foram os projetos apresentados buscando livrar o Recôncavo das terras alagadas, tendo como algumas das soluções propostas pelos engenheiros a limpeza e desobstrução das calhas dos rios, o que facilitaria o escoamento das águas represadas, assim o líquido seguiria em direção à Baía da Guanabara, o reflorestamento das margens dos rios, construção de diques e canais, além da diminuição das atividades das olarias. Entretanto o volume de recursos necessários à execução das obras era muito grande o que dificultava a continuidade dos trabalhos e também a manutenção dos trechos que já haviam sofrido algum tipo de intervenção em seus leitos e cursos. Além disso, uma pasta que reunia obras grandiosas possuía um orçamento vultoso e cobiçado, dessa forma a Comissão não passava imune pelo jogo político e as alterações no comando influenciavam as decisões do órgão.

Durante a Primeira república, quando havia mudança na chefia do departamento as comissões de saneamento eram extintas e em seu lugar outra nomenclatura assumia o encargo do saneamento. Estas mudanças na estrutura do órgão vinham acompanhadas de “novas” soluções para um antigo problema onde novamente as empresas apresentavam seus orçamentos para os projetos aguardando que suas propostas fossem contempladas para obterem direito de tocar o empreendimento.

Durante a gestão de Hermes da Fonseca, com a publicação do vencedor o Tesouro Nacional financiava a obra, cabendo à empreiteira ganhadora a execução e fiscalização dos serviços. O presidente da república reconhecia a importância de tais obras e deu continuidade aos trabalhos garantindo a verba necessária durante seu mandato. Todavia seu sucessor, Venceslau Brás, não teve a mesma disposição para prosseguir com as

⁶ Disponível em <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/comissoes/extincao.htm>, acesso em 15 de julho de 2012.

obras e resolveu encerrar em 1916 os trabalhos iniciados em 1911 e que consumiram nesses cinco anos a quantia total de 16.971.387\$226⁷.

Os problemas com os alagamentos eram antigos e persistiram ao longo dos séculos XIX e XX. Os órgãos responsáveis pelo saneamento foram se modificando, saindo a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (CSBF) e entrando o DNOS, mas soluções efetivas não chegavam. Nas primeiras décadas do século XX os trabalhos eram tocados pelo governo fluminense auxiliado também com recursos financeiros da União. Entretanto os pântanos não eram peculiaridades do território iguaçuano, mas de toda a faixa litorânea do Recôncavo da Guanabara. Assim para os trabalhos de drenagem o entorno Guanabarino foi seccionado em duas faixas, uma que ia do Rio Meriti até a Estrada de Ferro do Barão de Mauá, em Magé, e o outro trecho a partir desta linha prosseguindo até o Rio Guaxindiba, em São Gonçalo.

O território que daria origem a Duque de Caxias era um dos mais atingidos, com quatro grandes rios que atravessam sua área constando do relatório: o Meriti, o Sarapuú, o Iguaçú e o Inhomirim. Isso sem contar os pequenos canais que alimentavam esses grandes rios e também acumulavam água nos períodos de chuva forte. As futuras terras caxienses concentravam toda a faixa do litoral iguaçuano. Nas primeiras décadas do século XX o relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas destacava a utilidade que as terras de Iguassu teriam com o dessecamento, pois

“Trata-se, aliás, de terrenos de uberrimos, muito próximos a capital da União, com facilidade de transportes marítimos, fluviaes e terrestres. A industria agricola encontraria nas terras banhadas pelos rios Macacú, Guapi, Magé, Suruhy, Iriry e Estrella, com os seus inumeros tributarios, um vasto campo muito propicio a pequena lavoura. Os campos de Iguassú, uma vez drenados, poderiam presta-se admiravelmente para a industria pastoral, podendo ser alli estabelecida a industria de lacticínios: sendo de notar que os frades de S. Bento já iniciaram trabalhos no sentido de transformar a antiga fazenda de S. Bento em um importante estabelecimento agrícola e pastoral.”⁸

Caso as obras fossem executadas de forma correta, secando as terras e oferecendo novas áreas de ocupação a função daquela região de Iguassú já estava posta, pois seria o

⁷ Disponível em <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/comissoes/extincao.htm>, acesso em 14 de julho de 2012.

⁸ Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1914, p. 313.

grande “mercado” do Distrito Federal provendo o Rio de Janeiro com laticínios e gêneros alimentícios, impedindo assim a possível ocorrência de uma crise generalizada de desabastecimento.

E como se caminhar na lama não fosse o suficiente, devido às constantes cheias dos rios que alagavam as terras, a água que se acumulava trazia ainda outro risco que impedia a ocupação do local, o do impaludismo. Esta doença era responsável por fazer muitas vítimas nas áreas alagadas. Era preciso minimizar os riscos que o inseto apresentava e isto também passava pelo saneamento do território e aplicação de inseticida para erradicação do inseto. A preocupação com o impaludismo aparece em diversos relatórios e a proposta de eliminação do mosquito além de favorecer a atividade agrícola abriria caminho para projetos de colonização da região.

A preocupação das autoridades com a região fazia todo sentido, pois uma enorme área próxima ao Rio de Janeiro não poderia continuar improdutiva e insalubre, sendo foco constante de doenças, ou seja, um território onde os mosquitos estavam sempre prontos a fazer a próxima vítima, dizimando a população. Esta pode ser a razão da área da futura cidade de Caxias apresentar o registro de apenas 800 habitantes nos registros demográficos de 1900⁹. Entretanto com as obras de saneamento aliada aos outros fatores, como oferta de emprego no Distrito Federal e transporte ferroviário fariam com que Merity sofresse um acelerado processo de fragmentação e ocupação do solo. Os números iriam mudar e o crescimento demográfico daria um salto impressionante, Caxias definitivamente seria incorporada a cidade do Rio de Janeiro através do processo de urbanização acelerada.

Trabalhadores rumo à Baixada

Foi no Governo Vargas que o problema da ausência de saneamento foi enfrentado de maneira mais incisiva. Com as obras sob a chefia do engenheiro Hildebrando de Góes os projetos decolaram. A partir daí as terras foram drenadas, houve a retificação dos cursos d’água, trabalhos de reflorestamento nas margens dos rios e limpeza das calhas, a água então passou a escoar melhor em direção à Baía de Guanabara. O objetivo inicial das obras de saneamento na Baixada Fluminense era formar um cinturão verde,

⁹SOUZA, Marluca Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)*. RJ: Dissertação de Mestrado, 2002. pág 78.

fornecendo gêneros alimentícios à capital, mas quando as terras secaram, elas acabaram servindo a outro propósito que foram os loteamentos.

Dessa forma os pântanos drenados possibilitaram o parcelamento da terra. Embora grande parte do atual município de Caxias só tenha sido beneficiada com o saneamento na década de 40, as autorizações concedidas pelo poder público para loteamentos na localidade de Caxias estavam em ascensão. Até o ano de 1929 havia 7 loteamentos e um total de 3.302 lotes. Já no ano período de 1930-39 os registros de loteamentos chegaram a 11, com 9.169 lotes, os efeitos das obras podem ser notados nos números fornecidos nos anos 40 (1940-49) com 65 loteamentos e 36.959 lotes ¹⁰. A terra foi retalhada de forma cada vez mais intensa e Merity sentia os efeitos de outros eventos como a oferta de trabalho no Distrito Federal, o que demandava grande número de trabalhadores.

A atividade industrial e comercial no Rio de Janeiro só aumentava e a migração rumo à capital era intensa, com os trabalhadores que acabavam de chegar ocupando terras próximas ao local de trabalho. Mas a procura por uma moradia superou a oferta e não havia mais condições para acomodar tanta gente perto do trabalho. As construções foram se distanciando do Centro e seguindo os trilhos da ferrovia ocupando as margens das linhas de trem, num primeiro movimento em direção ao subúrbio carioca e quando este espaço da cidade já se tornava uma alternativa cara e concorrida para os recém chegados os trabalhadores continuaram avançando pelo leito da ferrovia até ultrapassarem as fronteiras do Distrito Federal e alcançarem a outra margem dos rios Meriti e Pavuna, chegando às terras do vizinho município de Iguassu e seus distritos.

A alternativa iguaçuana tornou-se possível, na medida em que as terras cariocas estavam ficando cada vez mais valorizadas e os terrenos disponíveis localizados em regiões distantes do Centro, Merity era a mais próxima. A opção carioca incluía a Zona Oeste da cidade e ainda que a região contasse com um ramal ferroviário que ligasse a área central da Cidade ao bairro de Santa Cruz, no extremo oeste da cidade, passando por Bangu e Campo Grande, a viagem era longa demais até o “sertão carioca”¹¹, isso sem contar os conflitos armados pela posse da terra que estavam se tornando cada vez

¹⁰ ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. Pág 110.

¹¹ O chamado “sertão carioca” compreendia as regiões de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz, bairros da zona oeste do Distrito Federal.

mais frequentes naquelas paragens. Dessa maneira Iguassu surge como opção viável e os seus distritos mais próximos à capital acabaram levando vantagem.

O distrito de Merity, do qual Caxias fazia parte, agregava duas condições fundamentais para a acomodação dos empregados: estava situada a uma distância relativamente próxima da sede republicana e tinha ainda transporte ferroviário rumo ao Centro do Rio de Janeiro através do ramal da Leopoldina. Chegar até o distrito de Merity ficaria mais “fácil” com a abertura do trecho inicial da Rodovia Rio - Petrópolis, no ano de 1928. Além de permitir melhor acesso quando o trecho foi inaugurado, na época da construção da via também foram necessários centenas de operários, que acabaram se fixando às margens da estrada ao término da empreitada.

Os investimentos públicos na região também contribuíram, começando com a administração Nilo Peçanha em 1910 e o volume de recursos se acentuando com a chegada de Vargas ao Catete. Outros acontecimentos ocorridos nas primeiras décadas do século XX, como a guerra na Europa e a Depressão, também surtiram efeito em Caxias. A crise de 1929 e as duas guerras mundiais dificultaram a importação de bens de consumo dos países envolvidos no conflito, forçando a indústria nacional a se expandir. Dessa forma grande força de trabalho das áreas rurais acabou migrando para as cidades e como nem todos conseguiam morar na capital acabavam se fixando em lugares próximos, chegando aos distritos de Iguassu limítrofes ao Rio de Janeiro. Muitos vieram do interior fluminense e de cidades mineiras e capixabas a procura de uma vida melhor na capital.

Já nos conflitos mundiais houve a fuga de milhares de pessoas em direção a várias partes do globo buscando um lugar melhor fora das áreas beligerantes. Boa parte dos que fugiu das áreas de conflito veio parar nas terras fluminenses e os imigrantes que se fixaram em Caxias acabaram se dedicando ao comércio na própria região. Estes acontecimentos, ainda que em épocas distintas, foram responsáveis pelo acelerado crescimento demográfico do local, passando de 2.920 almas na década de 1920 para alcançar nos anos 30 a marca de 28.756 habitantes¹². Essa gente veio parar em Caxias pelo fato de o distrito estar situado nas cercanias do Rio de Janeiro, além do adiantado

¹² SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado. Pág.84.

estado de retalhamento da terra que dessa maneira oferecia lotes para serem quitados em condições favoráveis de financiamento. Nesse processo de migração e escolha de Caxias como local de morada o trem foi essencial para a “conquista” caxiense. As locomotivas da Leopoldina transportariam a mão-de-obra rumo ao Distrito Federal.

Leopoldina, a imperatriz e a ferrovia

Foi em terras da Baixada que os primeiros trilhos para a passagem do trem foram assentados. Por iniciativa de Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que em 30 de abril de 1854 a primeira ferrovia do Brasil foi inaugurada. O pioneirismo de Mauá abriu caminho para que outras iniciativas recebessem a concessão imperial para a construção de diversos trechos para a passagem das marias-fumaça rasgando o país. Quatro anos depois, por iniciativa do Império é inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro Segundo, ligando em seu trecho inicial da Corte até Sapopemba (atual estação de Deodoro) e posteriormente chegando a Maxambomba (correspondente à estação de Nova Iguaçu).

As linhas ferroviárias iriam se multiplicando pelo território fluminense e não tardaria o distrito de Meriti também ser cortado pelo trem, com a inauguração em 23 de abril de 1886 da Estrada de Ferro The Rio de Janeiro & Northern Railway Ltda, mais tarde rebatizada como Leopoldina. Assim naquele ano as primeiras locomotivas “leopoldinenses” com bitola de 1 metro entraram em operação, ao som dos seus característicos apitos e despejando fumaça ao longo do seu percurso, que inicialmente saía da Gare de São Francisco Xavier. No projeto inicial os trens da Leopoldina serviriam ao transporte de cargas, mas com o tempo as locomotivas não puxariam apenas cargas e passariam a transportar passageiros, já que a população sabia dos horários em que o trem passava pelas estações e embarcavam.

HORARIO

Ida					Volta				
ESTAÇÕES	DIAS UTEIS		DOMINGOS E DIAS SANTI- FICADOS		ESTAÇÕES	DIAS UTEIS		DOMINGOS E DIAS SANTI- FICADOS	
	M I	S I	P I	S I		S S	M S	S S	P S
	MANHÃ	TARDE	MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ	TARDE	TARDE	TARDE
Côrte, E.F.D.P. II	7.10	4.35	6.20	8.10	Petropolis.....	5.40	2.30	4.00
S. Franc. Xavier.	7.25	4.50	6.35	8.25	Raiz da Serra..	6.17	3.08	4.32
Jockey Club...	7.32	5.01	6.42	8.30	Estrella.....	6.39	3.33	4.58
Bom Successo.	7.37	5.07	6.47	8.40	Rosario.....	3.47	5.04
Olaria.....	7.40	5.11	6.50	8.44	Atura.....	3.56	5.13
Penha.....	7.44	5.15	6.54	8.47	Pilar.....	7.00	4.01	5.18
Cordovil.....	7.49	6.59	8.52	S. Bento.....	4.14	5.28
Merity.....	8.00	5.28	7.10	9.02	Pantanal.....	4.19	5.33
Sarapuhy.....	9.09	5.36	7.20	9.10	Sarapuhy.....	7.19	4.24	12.15	5.39
Pantanal.....	8.16	7.24	Merity.....	7.28	4.35	12.25	5.46
S. Bento.....	8.21	7.29	Cordovil.....	4.46	12.36	5.55
Pilar.....	8.32	5.54	7.42	Penha.....	7.43	4.51	12.44	5.59
Atura.....	8.39	7.49	Olaria.....	7.47	4.59	12.55	6.03
Rosario.....	8.48	7.58	Bom Successo.	7.51	5.04	1.00	6.07
Estrella.....	8.59	6.15	8.09	Jockey-Club...	7.57	5.12	1.11	6.15
Raiz da Serra..	9.23	6.36	8.33	S. Franc. Xavier.	7.59	5.30	1.20	6.20
Petropolis.....	10.13	7.21	9.15	Côrte, E.F.D.P. II	8.20	5.40	1.30	6.30

Fonte: Almanaque Laemmert, 1889, p. 1315.

Conforme mostrado no quadro acima do Almanak Laemmert, em sua edição de 1889, informava aos seus leitores as partidas diárias do ramal operado pela Leopoldina. O primeiro trem com destino à Petrópolis, passando por Merity, partia as 07:10 horas da gare Dom Pedro II nos dias úteis. Já aos domingos e dias santificados a primeira saída da Corte ocorria as 06:20 horas. Com o trem operando em horários regulares era possível à população que morava próximo às estações usufruir também do transporte ferroviário, ainda que os trilhos não fossem assentados inicialmente com este objetivo. Com horários definidos de chegada e partida em cada parada, a população acabava pegando carona junto com as mercadorias.

As viagens eram diárias e faziam a ligação com a Corte numa ponta e no outro extremo subiam a serra chegando até a cidade imperial. No trecho entre Merity e a Corte a composição que partia as 07:28 horas daquela estação chegava à Corte as 08:20 horas percorrendo um trecho com 07 estações (Cordovil, Penha, Olaria, Bom Sucesso, Jockey

Club, São Francisco Xavier e Corte) em 52 minutos. Na viagem de retorno era possível embarcar no trem da Corte as 04:35 horas e saltar em Merity as 05:28.

Com a passagem da ferrovia os terrenos situados próximos às estações se constituíram em núcleos semi-urbanos, concentrando a população no entorno da plataforma ferroviária. Com o tempo adquirir um lote perto da parada de trem ficava mais difícil e as áreas ao longo da linha leopoldinense foram sendo ocupados por novos moradores e também pelas indústrias. Os bairros cortados pelos trilhos da Leopoldina como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha e Parada de Lucas tiveram uma integração maior, com o trem sendo o responsável pela ligação entre essas localidades.

Em 1906 o número de passageiros transportados atingiu a marca de 1.163.681 usuários. Os números só cresciam e em 1912, 2.060.422¹³ pessoas utilizaram as composições da Leopoldina. A estação de Merity já concentrava um pequeno núcleo urbano com a população aumentando, mas os serviços públicos como água tratada, rede de esgoto, energia elétrica e pavimentação não acompanharam esse crescimento. O improvisado seria uma das estratégias do povo para driblar a carência de estrutura. Caxias crescia e queria conduzir sua própria história, sem prestar contas à Iguassu. Havia um ar de descontentamento e os “ventos separatistas” começavam a desembarcar na estação de Merity. Começava assim a “gestação” de uma cidade.

¹³ ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987. Pág 83.

Capítulo II

Política no oitavo distrito

A década de 30 foi um momento em que o oitavo distrito de Nova Iguaçu passou por grandes mudanças, pois foi a partir deste período que a mancha urbana se expandiu de forma acelerada, extrapolando os limites da cidade do Rio de Janeiro em direção ao território caxiense, incorporando de vez esta porção de Iguassu ao contexto urbano. Entretanto essa escalada vertiginosa de ocupação do território não veio acompanhada de planejamento e a partir do terceiro decênio do século XX a área do atual centro caxiense já não tinha mais o aspecto campestre de outrora. Caxias tornou-se um aglomerado urbano sem estrutura adequada para receber os novos moradores. O incremento populacional ocorreu devido à concentração de alguns ramos da atividade industrial e comercial na região. Outro fator que colaborou para esta virada do mundo rural em direção ao ambiente urbano estava no aumento dos loteamentos populares autorizados para a localidade que até o ano de 1929 eram 07 loteamentos aprovados com 3.302 lotes e chegaram a 11 loteamentos com 9.169 unidades no período 1930-39.

A agricultura cada vez mais decadente dava lugar a outras atividades econômicas e naquele momento, a região de Meriti já podia contar com estabelecimentos industriais e comerciais, sendo alguns deles dedicados ao fabrico de material de limpeza, vidro, metalurgia e ainda pequenas unidades destinadas à produção de móveis. A “vocaçao industrial” ia se confirmando e esta qualidade atrairia posteriormente para o Caxias somas consideráveis de investimento, tanto público quanto privado. Esses recursos possibilitaram a instalação de grandes empreendimentos na região como a Fábrica Nacional de Motores e também da Companhia União Manufatora de Tecidos, anos mais tarde. Para dar conta dessa nova realidade, houve retalhamento das antigas chácaras e fazendas da região e a partir desse parcelamento da terra foi possível oferecer lotes de terra aos recém-chegados. Os terrenos eram negociados e comercializados pelos loteadores de forma financiada e sua quitação estava condicionada ao pagamento de pequenas prestações mensais. A municipalidade continuava a autorizar os pedidos de loteamento, entretanto o modelo de ocupação do oitavo distrito não previa planejamento ou se previa foi ignorado pelos moradores. O certo é que a falta de planejamento para

receber tantos moradores ao mesmo tempo fez com que os moradores se unissem para a construção e melhoria de suas casas¹⁴.

A falta de planejamento para essas pequenas frações de terra, que não ofereciam qualquer estrutura aos proprietários, tornou difícil o cotidiano dessas pessoas na região. Ao adquirir o terreno o próprio morador teria que se encarregar de construir sua casa, para isso recorria geralmente ao auxílio de seus vizinhos e amigos que pudessem colaborar na edificação do imóvel. Esta ajuda seria posteriormente “paga”, mas não em dinheiro. A quitação desse favor utilizou uma espécie de “moeda social”, pois a dureza imposta pela carência de serviços públicos na localidade acabou “obrigando” os moradores a unirem seus esforços, a fim de conseguirem melhorar sua condição de vida no distrito. Assim os mutirões se tornaram rotina entre os moradores, que se solidarizavam para a construção das casas, abertura de ruas, limpeza de valas, fornecimento de água e energia elétrica, entre outras necessidades que os afligiam naquele momento.

O distrito contava com uma bica d’água como parte da paisagem da atual Praça do Pacificador desde a época de Nilo Peçanha, em 1916. Entretanto o líquido precioso não chegava às residências de maneira regular, isto obrigava os moradores a caminhar até a fonte para encher os recipientes, caso quisessem ter água em casa. Algumas localidades já contavam com energia elétrica e a estação de Meriti estava prestes a mudar de nome para Caxias. O entorno da estação ferroviária se tornava cada vez mais um pólo concentrador de pessoas, seja em decorrência do movimento diário de embarque e desembarque no trem ou ainda para fazer compras no comércio da região. Esse intenso fluxo de pessoas acabou transformando a região num local disputado para a instalação de novos negócios.

O crescimento econômico e populacional de Caxias vinha se destacando no cenário iguaçuano e o distrito seguia ampliando sua participação nas receitas de Nova Iguaçu. Todavia a retribuição da sede iguaçuana não era proporcional à contribuição caxiense, pois a representação do distrito sede no local se fazia presente apenas com a Agência Fiscal Arrecadadora do município iguaçuano. Era pouco para um distrito que via sua

¹⁴ SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág 128

população e economia aumentando, mas não contava com serviços públicos na mesma escala de crescimento. Para reverter esta situação e receber mais investimentos da municipalidade Caxias precisava aumentar sua atuação política junto à sede municipal, onde pudesse pressionar as autoridades iguaçuanas, a fim de conseguir que as suas reivindicações na Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu fossem atendidas. A presença de um representante no parlamento municipal, em tese, ajudaria a localidade a conseguir benfeitorias para a região e também mostrar que o distrito, devido à importância econômica que vinha tendo, merecia um tratamento melhor por parte da prefeitura.

Ainda nas primeiras décadas do século XX a região de Caxias contava com a presença de quatro tradicionais famílias que dominavam a política do local. Havia o grupo do Capitão Luís Antônio dos Santos, juntamente com a família do Coronel Macieira e o pessoal do Coronel José Eliseu Alvarenga Freire, por último os familiares do Coronel João Telles Bittencourt. Os dois últimos grupos eram influentes na localidade, pois possuíam propriedades de terras e atuavam no ramo de olaria, destacando-se ainda no comércio local. O prestígio da família Telles Bittencourt era tão grande que sua residência acolhia as autoridades em visita pela região e chegou até a hospedar o presidente Washington Luís em 1928.

Diante de toda a influência econômica e política acumulada desde os tempos em que comandavam os efetivos da Guarda Nacional na região, os Telles Bittencourt tinham acesso ao aparelho burocrático e administrativo do Legislativo iguaçuano e chegaram até a fazer um prefeito, João Telles Bittencourt (1926-30). Este após a emancipação ainda conseguiu uma cadeira na Câmara de Duque de Caxias na legislatura de 1947¹⁵.

Nos anos 30 outras figuras políticas surgiram na arena regional e alguns nomes ganharam destaque devido a sua incorporação pelos membros da antiga elite local, como foi o caso de Tenório Cavalcanti, migrante nordestino que “fez a vida” em Caxias. Apesar de o alagoano ter adquirido uma boa fortuna ao longo dos anos, trabalhando em obras rodoviárias, administrando fazendas da região, desempenhando atividades como extração e venda de madeira e carvão, além de obter um retorno financeiro pelo investimento em lotes de terra e pela atuação no ramo de material de construção, Tenório apenas se “qualificou” frente à nascente elite caxiense após se casar com

¹⁵ SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 2002. Pág 80.

Valquíria Lomba, componente da família Telles Bittencourt. Antes Tenório tinha dinheiro, porém faltava-lhe o nome, somente assim teria o “passaporte” para se aparentar às famílias mais tradicionais do distrito. Seu ingresso no círculo de notáveis de Caxias só aconteceu após o matrimônio com uma integrante da família dos Telles Bittencourt. Estes possuíam o nome e larga tradição no que se pode denominar de “sociedade caxiense”, mas estavam enfrentando graves dificuldades financeiras. Dessa forma a aliança de Tenório com os Telles Bittencourt acabou sendo conveniente a ambos, sendo assim forjaram uma união que foi além dos interesses afetivos. O matrimônio foi realizado em 31 de outubro de 1931¹⁶ e enfim o homem da capa preta estava habilitado frente aos notáveis do oitavo distrito.

Tenório foi uma figura de destaque no cenário político da região, chegando a projetar Caxias nacionalmente através do seu estilo peculiar de fazer política, entre seus hábitos mais conhecidos incluía o uso de uma capa preta *à moda Coimbra*,¹⁷. Por baixo da vestimenta o deputado portava uma submetralhadora alemã MP40, de uso restrito do Exército, carinhosamente apelidada de “Lurdinha” e que servia para defesa pessoal.

Em Nova Iguaçu o seu grande aliado político era Getúlio de Moura, bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro que se tornou especialista em direito criminal. Na política viveu as mudanças trazidas pela Revolução de 30, apoiando o movimento na cidade de Nova Iguaçu. Quando os revolucionários tomaram o poder, atuou como chefe do movimento rebelde na cidade da Baixada. Em dezembro de 1930 depôs o prefeito iguaçuano e assumiu o cargo. Mas sua passagem pelo Executivo foi curta, pois a cidade foi ocupada por tropas do Exército após divergências com o governo federal. Depois de ser afastado do cargo ainda foi processado por ter responsabilizado o Governo Provisório de ter praticado crime político, mas obteve a anistia de Vargas em outubro de 1931. Em maio de 1933, na União Progressista Fluminense (UPF), elegeu-se suplente de deputado pelo estado do Rio de Janeiro nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, entretanto não conseguiu participar da elaboração da nova Carta Magna. Concorrendo nas eleições municipais de 1936, Moura foi eleito para uma cadeira na

¹⁶SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 2002. Pág 90.

¹⁷ Disponível em << <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-homem-da-capo-preta> >>, acesso em 26 de julho de 2012.

Câmara Municipal de Nova Iguaçu, presidindo a casa de 1936 até novembro de 1937, momento em que o Estado Novo suprimia os órgãos legislativos do país¹⁸. Além de perder o cargo ficou enfraquecido politicamente e também não conseguiu mais indicar os delegados de polícia da região¹⁹. Manteve-se na oposição até 1945, momento em que ocupou novamente a prefeitura de Nova Iguaçu por um breve período, de março a novembro, um mês após a queda do Estado Novo.

Foi Moura quem convidou Tenório para ingressar na vida política. O alagoano iniciou sua carreira política em 1936 ao ser eleito para a Câmara iguaçuana pelo distrito de Caxias. Assim como seu padrinho político, Tenório atuou no legislativo municipal até 1937 quando foi instaurado o Estado Novo e conseqüentemente a dissolução dos parlamentos em todo o país fez com que os mandatos políticos fossem cassados. Desde 1930 Vargas nomeava interventores para governarem os estados da federação e no caso fluminense houve uma alta rotatividade até 1937, quando o Catete indicou Amaral Peixoto para o cargo, permanecendo na função até o fim do regime em 45. Durante a passagem do Comandante pela interventoria fluminense Tenório e Amaral travaram uma disputa pelo controle político do distrito, com reflexos mais tarde na sucessão estadual.

Ao longo dessa disputa uma pausa para a emancipação de Caxias, pois foi Amaral o responsável pela canetada que daria ao oitavo distrito, em 1943, a sua autonomia político administrativa. Hábil na condução da política, o genro de Vargas administraria o estado costurando alianças por todo o território fluminense. O “amaralismo” se alastrou pelo Rio de Janeiro e Caxias não passaria imune à arte da política.

Amaral Peixoto e a arte da política

Duque de Caxias possui em seu território milhares de ruas e logradouros públicos. Os caxienses e as pessoas que visitam ou simplesmente passam pela cidade conhecem ou já ouviram falar de vias importantes do município tais como a Avenida Presidente Vargas, Nilo Peçanha, Plínio Casado, Brigadeiro Lima e Silva, Roberto Silveira, Marechal Floriano entre tantas outras. São ruas e avenidas importantes por onde transitam

¹⁸ ABREU, Alzira Alves de (coord). *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (DHBB) Pós 30*. RJ: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 2ª edição revista e atualizada, 2001. Vol. IV

¹⁹ SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: história política de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 2002. Pág 94.

milhares de pessoas e veículos todos os dias, constituindo-se em artérias fundamentais para a mobilidade na cidade fluminense. Ninguém duvida que os nomes que batizaram estas e outras ruas e avenidas foram de brasileiros que de alguma forma contribuíram e entraram para a história, seja no âmbito nacional ou regional. Porém um dos políticos mais destacados da cena política fluminense, o carioca Ernani do Amaral Peixoto, empresta seu nome a uma modesta rua do bairro Jardim Líder, situado no segundo distrito caxiense de Campos Elíseos (periferia do centro de Caxias).

É interessante notar o lugar que a municipalidade reservou ao homem que na condição de Interventor assinou o decreto-lei 1.055, documento que criava o município de Duque de Caxias e definia a área de seu território, proveniente das terras de Nova Iguaçu. A Rua Amaral Peixoto não é muito extensa e apresenta pouco movimento de veículos e pedestres, logo é uma via tranqüila da cidade de Duque de Caxias. Em outras cidades do território fluminense, o nome do Comandante batiza vias de maior circulação do espaço urbano, chegando inclusive a designar uma Rodovia estadual, a RJ-106, estrada de rodagem que faz a integração das cidades do litoral fluminense em direção a Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro. A cidade de Campos inclusive foi muito cortejada pelo interventor e não poderia ser diferente, pois era a que tinha a maior população do estado, 223.373 habitantes segundo o censo do IBGE de 1940²⁰, enquanto Niterói, a capital fluminense nessa época possuía 142.407 almas.

A região campista tinha expressiva participação na atividade econômica do estado com destaque para a lavoura canavieira, dessa forma o norte fluminense recebeu grandes somas do orçamento público estadual para obras de infra-estrutura, como a construção da usina hidrelétrica de Macabu e a execução do plano rodoviário²¹ que atendesse à zona do açúcar. Amaral reconhecia o potencial político da região e se aproximou das lideranças campistas em busca de apoio, mas o interventor não fez isso apenas em Campos, estendendo a política aliancista a todo o estado, visitando as cidades do interior para conversas com os chefes da política local. Essas viagens pelo interior do RJ, além do seu inseparável charuto, acabaram se tornando uma das marcas do Comandante Amaral. Essa estratégia de costurar amplos acordos só foi possível, pois ao

²⁰ Censo de 1940, IBGE.

²¹ CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1995. Página 79.

assumir a interventoria o ex-ajudante de ordens reestruturou através do Decreto nº 293 o Departamento de Municipalidades, pois o órgão

“Substituindo o espaço de ação que anteriormente cabia às Câmaras Municipais, à Assembléia Legislativa e, por extensão, aos partidos políticos, o Departamento de Municipalidades funcionou eficientemente na canalização e realização de interesses dos grupos dominantes afinados com o interventor. Vinculado ao Executivo estadual através da Secretaria do Interior e Justiça, o DM constituiu fundamental instrumento de controle e de cooptação de chefias locais, por representar a instância máxima decisória sobre todos os aspectos da administração municipal”.²²

A dinâmica amaralista de se fazer política consistia no uso da máquina pública para favorecer seus aliados e ainda tentar conquistar o apoio dos dissidentes regionais. De acordo com o decreto todos os assuntos relacionados aos municípios passariam pelas mãos do interventor ou pelos seus auxiliares de confiança. O genro de Vargas visava assim padronizar a administração municipal, mas procurava também manter total controle sobre a nomeação dos chefes dos executivos municipais. Sendo assim os prefeitos precisavam entender-se com o Comandante para que não fossem alijados do processo político e assim perdessem os postos para seus opositores. Para preservar seus interesses as lideranças locais precisavam ceder em alguns pontos para ganhar em outros, por isso a estratégia empregada por Amaral Peixoto era chamar os adversários para conversar e negociar suas propostas. Agindo dessa forma o Comandante procurava cooptar aqueles nomes que insistiam em fazer oposição ao regime varguista nos municípios. Ao dialogar com as famílias tradicionais da política no estado o interventor procurou evitar confrontos logo no início de seu período na interventoria, isto porque naquele momento Amaral Peixoto era um “ilustre desconhecido” da cena política fluminense. Talento para negociar era um critério para a escolha dos interventores, pois cabia a eles evitar conflitos com os líderes locais, protegendo o governo central dos possíveis obstáculos impostos pelas oligarquias nos estados. Ao atuar como escudo o interventor impedia que o Catete se desgastasse intervindo na política local. A habilidade para lidar com distintas facções políticas era um requisito essencial para ter longevidade na interventoria. Ainda que Amaral Peixoto e seus seguidores protagonizassem embates memoráveis com Tenório Cavalcanti na Baixada Fluminense, o comandante incorporou o hábito de negociar com líderes tão distintos.

²²CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1995. Página 77.

Para evitar confrontos logo em sua “estrela” política no cargo executivo mais importante do estado, o Comandante seguiu a orientação dos macedistas, grupo político ligado a José Eduardo Macedo Soares, e manteve os prefeitos que já ocupavam os cargos, inclusive dos que tinham pouca simpatia pelo novo regime. Operou apenas algumas mudanças pontuais, como foi o caso da capital fluminense. Em Niterói o prefeito Alfredo Bahiense foi substituído e houve na cidade uma tentativa sem sucesso para reconduzi-lo ao cargo. Amaral novamente aceitou a indicação de Macedo Soares, e nomeou como prefeito João Francisco de Almeida Brandão Júnior. A primeira impressão é que o Comandante ficaria refém de Macedo Soares, devido à aproximação e ao espaço que reservou ao líder macedista nos primeiros instantes da interventoria. Mas Amaral também agraciou lideranças contrárias aos macedistas, como foi o caso do secretário da interventoria Alfredo Neves²³.

Na baixada fluminense o tratamento político não foi diferente e ao assumir a interventoria Amaral Peixoto manteve o prefeito eleito em 1936, Ricardo Xavier da Silveira, no cargo. Mas isto não tornou a vida do interventor mais fácil no distrito de Caxias, pois o principal articulador político do local, Tenório Cavalcanti, foi desde o início da revolução um ferrenho opositor ao regime varguista. Uma das estratégias de Amaral era evitar o confronto, não entrar em choque com as lideranças locais, atraí-las para o lado governista oferecendo cargos na administração pública. Mas em Caxias as nomeações não foram capazes de assegurar a paz institucional ao local, pois o “dono da Lurdinha” não aceitava os “estrangeiros”, políticos vindos de fora de Caxias. As indicações de “estrangeiros” custaram caro ao Comandante.

No caso caxiense a conciliação não deu certo, já que o interventor e Tenório travaram uma disputa pelo controle político da região. O conflito entre os dois líderes se acirrou quando a cidade foi emancipada e Amaral Peixoto passou a interferir diretamente no município indicando seus afilhados políticos para ocuparem os postos de comando. A emancipação do distrito pôs fim a um processo político que vinha desde o início da década de 30, com o episódio da mudança da placa da estação de trem e meses depois a articulação política para a criação do distrito de Caxias. Já no fim dos anos 30 foram criadas a Associação Comercial e a União Popular Caxiense, entidades que passaram a

²³ CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1995. Página 51-53.

reivindicar melhorias para a localidade, entrando novos atores no jogo político local. Todos esses acontecimentos, além da entrega do manifesto para divisão do município de Nova Iguaçu ao interventor Amaral Peixoto serão analisados no próximo capítulo.

Capítulo III

A mudança da placa: de Merity a Caxias

A década de 30 do século XX foi um período promissor para Caxias, pois foi um momento em que a localidade sofreu muitas mudanças, afastando-se cada vez mais da vida rural. Aquele mundo campestre já não condizia com a realidade cada vez mais urbana do entorno da estação. Os migrantes vinham em busca de lar e trabalho; a indústria e o comércio já eram as atividades econômicas mais importantes da região. Essa mudança de perfil econômico e social, aliada à pouca atenção que a administração iguaçuana dispensava à localidade, fizeram com que a região tentasse resolver seus problemas independente de Nova Iguaçu, mais preocupada com os laranjeiros do distrito sede. Sob o “calor” da Revolução de 30, Meriti também teve se rebelou e trocou seu nome para Caxias. Meses depois o nome era reconhecido oficialmente e Caxias ganhava status de distrito, o oitavo de Nova Iguaçu. Foram os primeiros movimentos anunciando o rompimento com a “madrasta”²⁴.

Primeiro a placa...

Segundo o viajante John Lucock, Meriti é uma palavra indígena que significa água pequena,²⁵, mas em terras fluminenses o vocábulo possuía outro significado, que alguns moradores tentaram apagar, aqueles intimamente articulados a “Meriti do Pavor”.

O movimento migratório em direção ao oitavo distrito acabou trazendo, além do comércio e da indústria, os problemas típicos de áreas urbanas sem planejamento como a ocupação desordenada e a marginalidade. Os “fora-da-lei” transformaram Caxias em local de prostituição e jogatina. Essas práticas ilícitas fizeram a péssima reputação da localidade que chegou ao ponto de ser conhecida pela alcunha de “Meriti do Pavor”²⁶. Além da marginalidade, a ausência de serviços básicos (de água, energia elétrica, esgoto) da administração pública, tornava insalubre a vida dos moradores. Nessas condições não foi difícil para o lugar se transformar na “Meriti do Pavor”. No tocante à

²⁴ SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)*. RJ: Dissertação de Mestrado, 2002. Pág. 115.

²⁵ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975. Pág. 431.

²⁶ SOUZA, MarluCIA Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)*. RJ: Dissertação de Mestrado, 2002. Pág. 78.

estrutura houve avanços, mas a responsabilidade desta mudança pode ser creditada aos moradores que através de iniciativas autônomas procuravam a sua maneira suprir a ausência do Poder Público iguaçuano, que na região limitava-se a marcar sua presença apenas com a Agência Fiscal Arrecadadora do município. Sem apoio da prefeitura restava aos próprios moradores se mobilizarem e assim eles mesmos iam realizando mutirões para limpeza de valas, construção e melhoria de casas, abertura de ruas, entre outros. A população acabou assumindo tarefas que cabiam à municipalidade.

As melhorias tornaram o lugar um pouco melhor, mas o nome Meriti incomodava. Para alguns moradores aquele nome já não correspondia ao presente. Uma maneira de livrar a localidade da terrível fama era rebatizando o local. Em 06 de outubro de 1930 o novo batismo acontece, pois nesta data a população assistiu José Luiz Machado, popularmente conhecido por Machadinho, realizar um feito audacioso. O comerciante foi até a parada de trens e trocou a placa da estação ferroviária de Merity, pendurando a tabuleta com a nova designação da região: Caxias.

A “Meriti do Pavor” deixava de existir e o resgate do vulto ilustre, nascido em terras distantes, abria espaço pra um recomeço, sem as mazelas que tanta vergonha trouxera anteriormente. Machadinho foi o protagonista deste episódio, mas seu ato concretizou o desejo de parte da população, a mais abastada, de romper com Nova Iguaçu e tomar as rédeas de sua própria história, sem ter mais que prestar contas do que faziam na condução da antiga Merity. Esta rebeldia demonstra que havia moradores da região que estavam insatisfeitos com o distrito sede. Um grupo que cresceu graças à economia baseada na indústria e comércio e com interesses de pouca ou nenhuma convergência com as aspirações da elite agrária do distrito sede.

Não houve registro de conflito durante a troca da placa, mas por precaução Machadinho foi acompanhado dos senhores Jaime Fischer, Oswaldo Gamboa, Américo Soares e Francisco Azevedo²⁷. A Leopoldina Railway, companhia que administrava a ferrovia, também entendeu que a realidade da região era outra e reconhece a nova denominação da localidade²⁸.

²⁷ COSTA, Waldair José da. In *jornal “Tópico”*, Duque de Caxias, edição especial 25/8/1958.

²⁸ SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág 143.

A placa foi trocada buscando livrar a região do péssimo conceito e também para afirmar uma fração insatisfeita com o tratamento que recebiam de Nova Iguaçu. O fato protagonizado por Machadinho naquele 06 de outubro de 1930 veio produzir efeito meses depois com o 14 de março de 1931, quando o interventor Plínio Casado por meio do Decreto Estadual Nº 2.559, criou o distrito de Caxias, tendo este como sede a antiga Estação de Merity, nascia assim Caxias, o oitavo distrito de Nova Iguaçu.

... depois o distrito.

Quem propôs a criação do novo distrito foi o político iguaçuano Manoel Reis. Este provavelmente atendia às reivindicações das lideranças que atuavam em Meriti. A carreira pública de Manoel Reis tem início em 1910, data em que começou a trabalhar como secretário do Ministro de Viação, José Joaquim Seabra, ocupando este cargo até 1912. Ainda em neste ano conseguiu ser eleito para uma cadeira na Câmara Federal, onde permaneceu até 1914. Em seu currículo político constam ainda duas passagens pelo Legislativo, sendo uma pela Assembleia Legislativa fluminense e outra como vereador da cidade de Nova Iguaçu. Chefiando o Executivo em sua cidade natal acabou presidindo a Casa de janeiro de 1916 até 1917.

Neste período dois fatos contaram com a colaboração do político de Iguaçu. Em 1916 houve o desmembramento das terras da Vila Merity, que deu origem a Nilópolis, o sétimo distrito de Iguaçu. Outro fato ocorrido durante sua gestão foi a “refundação iguaçuana”²⁹, quando Iguaçu mudou seu topônimo para Nova Iguaçu. Ambos os processos contaram com a participação de Manoel Reis, pois nesse momento esteve à frente do parlamento iguaçuano e medidas como essas teriam que contar com sua anuência para serem efetivadas. Já no período de 1919 até dezembro de 1923 exerceu mais um mandato como deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro. No momento em que propôs a criação do distrito estava sem mandato, mas ainda assim conseguiu que o interventor federal Plínio Casado assinasse o decreto nº 2.559, de 14 de março de 1931, separando Merity de Vila Merity. Sob o espírito do autoritarismo coube a Nova Iguaçu acatar a decisão do interventor. Dessa maneira foi criado o distrito de Caxias que passou a ter como sede os arredores da estação ferroviária de Meriti.

²⁹ SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág 78.

O empenho de Manoel Reis e a concretização do ato, com a assinatura de Plínio Casado, corroboraram uma “vontade” política que já estava em parte da população local, pois seis meses antes da delimitação do território e da alteração formal do nome com a retirada da placa da estação da Leopoldina Railway já antecipava esse desejo de mudança. Caxias não era mais ficção e existia oficialmente.

A mobilização caxiense e o decreto 1055

Caxias já começou a década de 30 retirando a placa da estação e deixando Meriti na lembrança, ou melhor, com o distrito vizinho de Vila Meriti, atual cidade de São João de Meriti. As mudanças não parariam por aí, pois meses depois já no ano de 31 o novo nome ganhou a legalidade através do interventor Plínio Casado, com o ato que criou o oitavo distrito. A mobilização dos caxienses continuou e em 1933 foi fundada a União Popular Caxiense (UPC), uma iniciativa que partiu dos seguintes homens: Paulino Batista da Silva, tenente José Dias, Francisco José de Oliveira, Bernardino Gonçalves Vieira, João Nunes Cabral, Antônio José dos Santos, Ambrósio de Oliveira, Aníbal Guedes, José Corrêa Borges, Adriano Augusto Salgueiro, Manoel Joaquim de Azevedo e Tito Lívio Pinto da Silva Pereira³⁰. Estes homens atuavam em diversos ramos do comércio e tinham também propriedades na região. Ao se unirem para a criação desta entidade, os fundadores tinham como objetivo original preencher o vazio deixado pela administração iguaçuana no distrito. Os objetivos iniciais dessa associação eram: assegurar a busca de soluções para os problemas locais; organizar o trabalho de filantropia e promover o lazer³¹. Em seus panfletos anunciavam diversos serviços como escola gratuita para os filhos dos associados, custeio de funerais, auxílio natalidade e cursos de culinária, além de tratarem de assuntos sobre moda e comportamento.

Em 1934, poucos meses após a fundação, a União Popular Caxiense já contava com o apoio de um veículo de imprensa na região. Naquele ano Paulino Batista da Silva tornou-se diretor-gerente do periódico “Voz do povo de Caxias”, editado nesta região da baixada. A publicação circulou por cerca de oito meses e acabou servindo como porta-voz do grupo conseguindo certa influência ao disseminar as propostas da entidade e

³⁰ Jornal Tópico, Duque de Caxias, edição especial 25/8/1958.

³¹ SOUZA, Marlúcia Santos de. *A emancipação política do município de Duque de Caxias. In: Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Instituto vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003. Página 37.

também por divulgar os serviços que a UPC oferecia. O jornal cobrava ainda da administração iguaçuana melhorias para os serviços públicos na localidade, entre os mais reivindicados estava o fornecimento de água potável. Dessa forma o periódico repercutia as queixas e carências dos moradores do distrito pelas obras e serviços de uma região cada vez mais com feições urbanas.

A UPC foi a primeira entidade a reunir os homens que já se destacavam na vida econômica e social do distrito. Sua iniciativa pioneira acabou inspirando a mobilização de outros caxienses, pois em 23 de setembro de 1937 novamente os homens de negócios se uniram para a criação da Associação Comercial de Caxias. Nomes como Aníbal Guedes, Bernardino Gonçalves Vieira, Antônio da Costa Cabral, João Evangelista Leite e Mário Pina Cabral foram alguns dos fundadores da Associação Comercial e que também fizeram parte dos quadros da União Popular Caxiense. A criação da Associação Comercial naquele momento demonstra a expressividade que o setor terciário estava alcançando na economia da região.

O estabelecimento destas entidades em Caxias indica que os homens de negócio de Caxias estavam se articulando para defender seus interesses. Ainda que a emancipação do distrito, originalmente, não estivesse em pauta, essa aliança sinalizava que a política feita em Nova Iguaçu não estava afinada com os desejos dos caxienses. A insatisfação tomava conta da região, pois o distrito sede pouco oferecia aos moradores de Caxias e estes não estavam sendo contemplados em suas reivindicações.

Reunidos, estes homens estariam mais organizados e poderiam ganhar mais força para a inclusão de suas solicitações no processo de barganha política. Atuando em conjunto a associação representaria melhor os seus membros que passariam a falar em uníssono e deixariam para trás o isolamento. Para o grupo de Caxias não dava mais para se submeter à elite do distrito sede, ainda apegada a uma estrutura agrária e que dependia do cultivo e comercialização da laranja, uma elite que se constituiu a partir das intervenções de Nilo Peçanha na região, alavancando a citricultura, mas concentradas no distrito sede e áreas próximas, como dos atuais municípios de Mesquita e Belford Roxo.

Com a decadência do café nas terras fluminenses a laranja passou a ser o principal item das receitas do estado. Como em outros ciclos econômicos o cítrico mereceu atenção especial das autoridades públicas, tanto que Nilo Peçanha, como presidente do Rio de Janeiro e posteriormente da República, estabeleceu as condições políticas necessárias

para que a laranja pudesse ser comercializada em condições mais vantajosas aos produtores iguaçuanos. Nilo pressionou as companhias de transporte marítimo, afim de que barateassem o frete da laranja e oferecessem melhores condições no transporte do fruto, conservando-o por mais tempo. Na condição de presidente da República buscou entendimentos com o governo argentino para a assinatura de um acordo de reciprocidade que concedia isenção das tarifas alfandegárias que incidissem sobre o comércio de frutas, atendendo principalmente aos laranjeiros de Nova Iguaçu³². Mesmo após o fim do período Nilo Peçanha os citricultores ainda foram beneficiados com medidas que facilitaram o escoamento da laranja como a abertura de estradas, entre elas a Rio - Petrópolis e a Rio - São Paulo.

Contando com o apoio do governo no barateamento dos fretes e na isenção alfandegária os citricultores exportaram, via porto de Rio de Janeiro, 2.500 caixas em 1910. Em 1931 pularam para 1.236.031, alcançando 1.554.644 caixas no ano de 1941³³. Para viabilizar a mão-de-obra na região, visto que para a produção de laranja eram necessários trabalhadores para colher o fruto, armazená-lo e transportá-lo, a passagem de trem foi subsidiada com recursos públicos e sua tarifa foi unificada. Com oferta de emprego na citricultura Nova Iguaçu atraiu um grande número de migrantes. Dessa maneira o município que em 1920 contava 33.396 habitantes saltou para impressionantes 140.606 pessoas na década de 1940³⁴.

Na região da sede iguaçuana, mais ligada à produção de laranja, a população de Nova Iguaçu cresceu rapidamente, mas a industrialização das áreas próximas ao Distrito Federal colaborou também para o aumento demográfico. Segundo o censo de 1940³⁵, Nova Iguaçu possuía 140.606 habitantes, sendo que os distritos de Caxias (24.711), Nilópolis (22.341) e Meriti (39.569) apresentavam os maiores contingentes populacionais do município. Nestes territórios, limítrofes ao Rio de Janeiro, a constituição da elite ficou atrelada ao acelerado processo de urbanização que os distritos estavam experimentando. A base econômica estava ligada principalmente ao comércio,

³² RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Pág. 40.

³³ RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Pág 44.

³⁴ RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Pág 42

³⁵ Censo 1940, IBGE.

a pequena indústria e a prestação de serviços. Desse modo tornou-se cada vez mais difícil conciliar os desejos da elite urbana, situada nas localidades vizinhas ao Distrito Federal, com as reivindicações da elite agrária do distrito sede.

Como as lavouras estavam concentradas principalmente na região central do município os recursos da “cidade perfume” acabavam sendo destinados prioritariamente à manutenção da citricultura. Um momento que revelou o descompasso entre os interesses de cada grupo aparece na gestão do prefeito Arruda Negreiros. Em sua administração o alcaide destinou boa parte dos recursos do orçamento municipal investindo num programa de construção e recuperação de estradas e vias que tinham como objetivo escoar a produção de laranja, atendendo assim aos citricultores³⁶, produtores que em sua maioria habitavam o chamado bairro “Outro Lado”³⁷. Embora a laranja tenha gerado riquezas a falta de planejamento não conseguiu impedir sua derrocada. Com a segunda Guerra Mundial os embarques do fruto foram proibidos, devido à ameaça de ataques aos navios cargueiros. Os lucros dos produtores dependiam das variações do mercado externo e com as restrições impostas pelo conflito mundial a produção enalhou e o fruto apodreceu no pé. Como os produtores não se preocuparam em aproveitar o lucro da comercialização do fruto para investir em produtos derivados do cítrico, como geléias, doces, sucos³⁸, não houve da parte dos produtores uma alternativa capaz de suportar a crise do setor. O imediatismo dos lucros não permitiu vislumbrar um horizonte do mercado a longo prazo. Com a falta de planejamento para enfrentar momentos críticos teve início a decadência da lavoura na região, que não se recuperou do trauma e foi abandonada.

Enquanto a municipalidade estava preocupada apenas com a laranja, o distrito de Caxias tinha carências típicas de áreas urbanas como falta de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento de água tratada, pavimentação das ruas e caminhos, entre outras

³⁶SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág. 144.

³⁷Outro lado é uma espécie de bairro não oficial que abrigava boa parte da atual elite iguaçuana, na encosta da Serra de Madureira e que não foi ocupado pelos laranjais. O que divide um lado do outro é a estação ferroviária de Nova Iguaçu, daí os moradores que ocuparam a antiga área dos laranjais se referirem dessa maneira ao chamado Outro Lado. In: SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág. 115.

³⁸SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág. 139.

necessidades. Os interesses acabaram entrando em conflito e o desejo de se separar de Nova Iguaçu ia ganhando cada vez mais força.

Nos anos 40 aconteceu outro episódio que mobilizou a sociedade caxiense e dessa vez a separação esteve no centro das discussões. Um manifesto foi assinado por cidadãos ilustres do distrito e endereçado ao interventor fluminense Amaral Peixoto e propunha a divisão do município de Nova Iguaçu. No momento em que sugeriram a divisão do município e encaminharam esta reivindicação ao Palácio do Ingá o Brasil estava sob a ditadura do Estado Novo e manifestações populares, como a dos homens de Merity, poderiam sofrer algum tipo de repressão por parte das autoridades. Mesmo sob o temor da represália os manifestantes preferiram assumir o risco que envolvia essa ação e decidiram enviar ao interventor o documento. Nas linhas do manifesto os signatários declaravam que Nova Iguaçu não estava cumprindo suas obrigações e reclamavam do tratamento que a sede dispensava aos seus distritos mais distantes, pois

Dada a extensão territorial, a par de severas dificuldades de vias de comunicação, aos quaes se juntará a fertilidade da terra, a salubridade do clima e a riqueza da producção, Nova Iguassú no actual momento, não corresponde por sua topographia, às reaes necessidades de sua população.

Densa massa demographica, dividida em districtos, que por seu valor e progresso valem por verdadeiros municípios, disso resulta se transformar o Município em sua actual organização, em madrasta, de todos recebendo, à alguns tudo dando, a outros menos que merecem, e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, o que é peor, tudo lhes negando.³⁹

Nova Iguaçu é comparada a uma “madrasta” cruel das histórias infantis, todavia a personagem ilustrava o descontentamento dos notáveis caxienses, colaborando e vendo seus recursos investidos no cítrico e ainda não recebendo nenhuma contrapartida. Interessante notar que o argumento da madrasta má também foi utilizado pelos separatistas de Petrópolis quando romperam com Estrela no século XIX⁴⁰ no processo de emancipação da Cidade Imperial.

Os autores do manifesto talvez não esperassem uma reação tão enérgica vinda do Ingá, pois o genro de Vargas mandou prender alguns dos signatários do documento, determinou o fechamento do periódico dirigido por Sílvio Goulart, além de ter instaurado um inquérito no Tribunal de Segurança Nacional⁴¹. Esta medida pode ter

³⁹ Revista Pilares da História. *Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: Instituto vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003. Pág. 55.

⁴⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 293, out. - dez., 1971. Página 72.

⁴¹ SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág. 147.

sido fruto do momento político no qual o país se encontrava, em pleno Estado Novo, influenciando assim no desfecho daquele ato de encaminhar as reivindicações via documento. Os manifestantes só conseguiram a liberdade e a extinção do processo no Tribunal de Segurança Nacional após a intervenção de Tenório Cavalcanti, do Juiz Pinaud e também do advogado Rufino Gomes Júnior que negociaram uma saída para o caso. Essa pesada retaliação sofrida pelo grupo acabou esfriando os ânimos do movimento. Porém três anos depois do manifesto o interventor assina no dia 31 de dezembro de 1943 o decreto estadual 1.055 que concedia a autonomia político administrativa ao distrito de Caxias e estabelecia seus limites, a redação do documento é a seguinte:

Art. 1º - Fica criado o município de Duque de Caxias, constituído pelos territórios dos distritos de Duque de Caxias (ex-Caxias), Meriti, Imbariê (ex-Estrela) e parte de Belford Roxo, todos desanexados do município de Nova Iguassú.

Parágrafo único - A sede do novo município fica sendo Duque de Caxias, anteriormente vila de Caxias, elevada à categoria de cidade.

Art. 2º - Os limites do município de Duque de Caxias ficam assim constituídos: Com o município de Nova Iguassú:

Começa na divisa com o Distrito Federal; segue pela segunda linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, até encontrar o rio Sarapuí; continua pelo curso deste até atingir a primeira linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro; prossegue por esta linha até alcançar o rio Iguassú; sobe por este até a confluência do rio Otum; pelo curso deste acima até a foz do Piabas; sobe por este até a sua nascente principal; seguindo daí em linha reta ao ponto de convergência dos limites dos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguassú e Vassouras, na Serra da Estrela.

Com o município de Vassouras:

Começa no ponto de convergência dos limites dos três municípios de Duque de Caxias, Nova Iguassú e Vassouras, na Serra da Estrela; prossegue em reta até o marco do Bico do Papagaio; daí, pelo divisor de águas do contraforte da serra da Estrela, até encontrar o marco lavrado no alto do morro do Freitas. Daí, em reta, com a extensão de 1.863m,00 até o marco lavrado do Bananal, PIIIB 500; daí, em reta, com a extensão de 1.625m,20 até o marco IFP 165. Daí em reta com o rumo de 81º45'30" S.O. (ano 1916) e com a extensão de 3.278m,70 até encontrar o marco F.P.E., situado no divisor de águas dos ribeirões Imbariê e Moça Branca.

Com o município de Magé:

Começa no marco F.P.E., no divisor de águas dos ribeirões Imbariê e Moça Branca; desce em reta no encontro da ponte da estrada Automóvel Clube, sobre o ribeirão Imbariê; continua por este até a sua confluência no rio Estrela e por este abaixo até a sua foz na Baía de Guanabara.

Com o Distrito Federal:

Pelas divisas estaduais.

Parágrafo único - As divisas inter-distritais são as seguintes:

Entre os distritos de Duque de Caxias e Meriti:

Começa no rio Sarapuí e segue pela linha de transmissão da Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, atravessa o rio Sarapuí e segue pelo curso deste até a confluência no rio Iguassú e por este até a sua foz na baía de Guanabara.

Art. 3º - O município de Duque de Caxias será constituído de três distritos na seguinte ordem:

1º - Duque de Caxias (ex-Caxias);

2º - Meriti;

3º - Imbariê (ex-Estrela).

Parágrafo único - A parte do território do distrito de Belford Roxo, que foi desmembrada, fica incorporada ao distrito de Imbariê (ex-Estrela).

Art. 4º - O município de Nova Iguaçu fica constituído de cinco distritos, na seguinte ordem:

- 1º - Nova Iguaçu;
- 2º - Queimados;
- 3º - Cava;
- 4º - Nilópolis;
- 5º - Belford Roxo.

Parágrafo único - Fica extinto o distrito de Bonfim, sendo uma parte de seu território incorporada ao distrito de Cava, e a outra anexada ao distrito de Governador Portela, em Vassouras, de acordo com as descrições que constarão do Anexo nº 2, do Decreto-Lei que aprovar a divisão territorial para o quinquênio 1944-1948.

(...)

Art. 12 - A instalação das novas circunscrições criadas ou alteradas por este Decreto-Lei far-se-á em 1º de janeiro de 1944, obedecendo ao ritual estabelecido pelo Decreto-Lei federal nº 311, de 2 de Março de 1938.

Art. 13 - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Os Secretários de Estado assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Governo em Niterói, 31 de Dezembro de 1943.

(aa) ERNANI DO AMARAL

Dermeval Moraes

Agenor Barcelos Feio

Ruy Buarque de Nazareth

Hélio de Macedo Soares e Silva

Valfredo Martins⁴²

Amaral Peixoto assinou o decreto 1.055 e tornou concreto o desejo daqueles homens que foram presos pela entrega do manifesto três anos atrás. Embora o manifesto falasse em dividir o município de Nova Iguaçu o território que pleiteavam para tal fim não aparecia no documento, que tinha ainda a Vila Merity (atual município de São João de Meriti) como local de criação do impresso⁴³. Houve ainda no documento a menção de que a recente cidade fosse chamada de Merity, alterando mais uma vez a denominação do distrito de Caxias para, caso a sugestão fosse aceita, emplacar Merity como o mais novo município fluminense. Um desejo estranho, pois a troca da placa veio exatamente para livrar a localidade de um passado carregado de lembranças ruins e que parte da elite havia enterrado nos anos 30 ao mudar a placa da Leopoldina Railway.

Talvez eles nem imaginassem que tivessem direito a uma área territorial tão grande como a que ficou estabelecida, já que o interventor foi generoso com o nascente município e acabou transferindo boa parte do território de Nova Iguaçu. Duque de

⁴² LACERDA, Stélio. A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). In: Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Instituto vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003. pp. 57-60

⁴³ SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007. Pág. 147.

Caxias recebeu terras do distrito de Estrela, Belford Roxo e de São João de Meriti. O distrito de São João já havia perdido parte de sua força política, além de sua área, para Caxias quando houve a criação do oitavo distrito em 1931, vindo em seguida a tornar-se duquecaxiense e somente obteve sua autonomia no ano de 1947 quando se desmembrou de Duque de Caxias.

O núcleo urbano de Caxias, que ia até o Rio Sarapuí e possivelmente era o que fazia parte dos desejos dos separatistas, tinha uma extensão territorial pequena. Todavia com a regulamentação do território via decreto a cidade acabou incorporando núcleos rurais e áreas de urbanização ainda incipientes. Dessa forma Caxias foi além da margem do Iguaçu e seguiu os trilhos da Leopoldina e o traçado da Rodovia Rio-Petrópolis. O novo município somou uma área territorial de 464 quilômetros quadrados⁴⁴ e se tornou vizinho da Cidade Imperial.

Da maneira como aconteceu, com a assinatura de um decreto no último dia do ano, podemos dizer que a emancipação caxiense foi “morna” e aconteceu de forma pouco heróica, sem que houvesse derramamento de sangue ou o tombamento de algum nome que pudesse virar um mártir do movimento separatista e entrasse para a história oficial duquecaxiense.

Veio de surpresa atendendo ao que estabelecia o decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938 que dispunha sobre a divisão territorial do país. De acordo com Sílvia Pantoja⁴⁵ a emancipação ocorreu porque Amaral Peixoto, embora dispondo de amplo apoio no cenário rural fluminense, precisava controlar as camadas urbanas emergentes que se localizavam na baixada da Guanabara. Era um grupo que estava começando e não possuíam tradição na arena política, pois cresceram à custa da urbanização acumulando suas riquezas por conta deste processo. Já as antigas famílias tinham suas atividades políticas concentradas no distrito sede e estavam economicamente envolvidos com a cultura da laranja. Assim a fração política tradicional da região de Caxias enfrentava um momento de dificuldades financeiras, caso dos Telles Bittencourt, incorporando personagens estranhos ao quadro político do distrito, caso de Tenório Cavalcanti.

O homem da capa preta era aliado de Getúlio Moura, o representante político de Nova Iguaçu no distrito, mas este era ligado à elite laranjeira do distrito sede assim como o autor da proposta de elevação à condição de distrito, o deputado Manoel Reis. Mesmo

⁴⁴ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, IBGE, vol.XXVIII, Rio de Janeiro, 1959, p. 256.

⁴⁵ CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1995. Pág. 142.

indicado ao cargo de arrecadador fiscal no distrito de Caxias com a anuência do prefeito de Nova Iguaçu, Ricardo Xavier da Silveira que permaneceu no cargo com a interventoria de Amaral Peixoto, Tenório permaneceu na oposição.

Dessa maneira a elite urbana emergente dava mostras de que não possuía qualquer tipo de compromisso com as alianças firmadas anteriormente, o que poderia criar algumas arestas para Amaral Peixoto no plano estadual. Caso o genro de Vargas emancipasse o distrito poderia assumir o controle do novo município, já que na condição de interventor teria a prerrogativa de nomear o prefeito da nova cidade e assim negociar com seus aliados a máquina administrativa que o novo município ofereceria, indicando os apadrinhados para o preenchimento dos cargos públicos.

Para manter sob controle a recém-criada cidade, o comandante Amaral nomeou para o executivo municipal seu primo Heitor Gurgel. Além de dar emprego ao parente o interventor também agraciou uma série de aliados estranhos à realidade caxiense, indicando-os para cargos no funcionalismo caxiense. Agindo dessa forma o Comandante conseguiu sufocar a oposição ao seu governo. O contingente expressivo de votos que o município apresentava poderia ser canalizado com maior tranquilidade em benefício próprio.

Após 25 anos da emancipação o interventor, em entrevista ao Jornal “O Municipal” sobre o projeto de lei que integrava o município de Caxias a Área de Segurança Nacional, é taxativo ao afirmar que a separação foi um ato seu

“Não perderei mais tempo com tal leviandade, mas quero reavivar a memória de alguns: quem criou o Município de “Duque de Caxias” fui eu e o fiz quando encerrava em minhas mãos os poderes legislativo e executivo. Não me arrependo da decisão tomada. Pelo contrário muito me orgulho de ter emancipado o grande município fluminense que agora se quer destituir de sua autonomia.”⁴⁶

Com essa declaração o comandante chama para si a responsabilidade pela criação do município, excluindo outros personagens e eventos que de alguma forma contribuíram para este fim, como foram os casos da UPC e do manifesto da Vila Merity, episódios que acabaram chamando a atenção para a importância e vigor político e econômico em que se encontrava Caxias. A certeza é que o distrito a partir dos anos 30 iniciou um processo irreversível de urbanização tornando cada vez mais difícil para Nova Iguaçu manter o distrito sob o seu controle, fato que talvez a madrastra nem quisesse, pois estava plenamente envolvida com os dividendos obtidos pela citricultura.

⁴⁶ Amaral Peixoto. O MUNICIPAL, 24/05/1968, p. 06.

O ambiente urbano e a crescente migração criaram oportunidades de negócios e incorporaram novas lideranças à vida política e econômica do oitavo distrito. Com o crescimento de Caxias o processo de emancipação se iniciava desde o início dos anos 30, com o episódio da placa, passando pela elevação à distrito tornava-se uma questão de tempo, aguardando apenas o momento oportuno para a consolidação de sua autonomia político administrativa. Nas humildes moradias da periferia ou nas abastadas casas de algumas famílias caxienses o espumante saudou o novo ano e também a nova cidade. Nascia o município de Duque de Caxias!

Conclusão

Aqui os parágrafos estão com espaços diferentes do restante da monografia

O distrito de Caxias experimentou num curto espaço de tempo uma grande mudança do seu perfil econômico e social. De uma localidade rural que possuía menos de mil almas no início do século XX chegou a década de trinta já incorporada ao ambiente urbano. A reforma urbana que a cidade carioca sofreu expulsou os moradores mais humildes da região central, acabando com os cortiços e dificultando a construção de residências para a população de baixa renda.

O trem foi responsável pelo movimento pendular dos trabalhadores, servindo como facilitador do processo de ocupação das franjas do território iguaçuano. Nilópolis, São João de Meriti e Caxias receberam os novos moradores, que saíram do interior fluminense, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além do nordeste brasileiro. Em Caxias chegaram de trem, viajando pela Leopoldina Railway. O trajeto entre Caxias e o Distrito Federal demorava cerca de cinquenta e dois minutos e os trabalhadores podiam contar com partidas diárias em horários regulares.

Outro fator que possibilitou a ocupação do território de Caxias foram as obras de saneamento, empreendidas pelo Governo Federal, que dessecaram terras da região e possibilitaram a ocupação do que anteriormente era um charco. Com a “descoberta” destas novas terras foi possível lotear as áreas e oferecer terrenos aos que não encontravam moradia no Distrito Federal. Entretanto o que estava garantido aos moradores era apenas o terreno e os recém-chegados tiveram que se ajudar para melhorarem a sua condição de vida na “Meriti do Pavor”. Para isso iniciaram mutirões no intuito de conseguirem água, luz e saneamento básico. O fluxo de migrantes alterou o perfil da localidade, deixando para trás a atividade agrícola, que já se encontrava em decadência, tornando-se cada vez mais urbana.

A população de Caxias cresceu, mas os investimentos da prefeitura de Nova Iguaçu em infra-estrutura não acompanharam esse movimento. O distrito sede tinha participação quase nula no distrito, mantendo no local apenas um órgão responsável pela cobrança dos tributos municipais. O comércio e a indústria eram as atividades econômicas mais importantes em Caxias e isso possibilitou o aparecimento de lideranças radicadas e preocupadas com os problemas da localidade. Com o distrito sede de Nova Iguaçu apostando apenas na cultura da laranja, os recursos do orçamento municipal eram direcionados para garantir a manutenção da lavoura citrícola, os problemas do distrito

caxiense se agravavam. Os serviços públicos reivindicados pela população de Caxias não eram atendidos pela administração municipal.

A ausência do poder público municipal na localidade gerou a mobilização de alguns moradores e resultou em alguns eventos como a mudança da placa da estação de trem, tentando “reabatizar” o lugar e ainda se livrar da má fama que a região carregava. Este fato foi o primeiro passo para a mobilização da elite local, mudando o nome e desafiando o distrito sede. A mudança da placa deu resultado e meses depois, contando com a articulação política de Manoel Reis, o interventor Plínio Casado assinou o ato que elevou a localidade à condição de oitavo distrito do município de Nova Iguaçu, dando forma ao território de Caxias, estabelecendo a área e integrando as localidades próximas à sede do distrito.

Posteriormente os homens de negócio, ligados à indústria e ao comércio local, reuniram-se para fundar uma associação, a União Popular Caxiense (UPC), entidade assistencial dedicada à filantropia e ao lazer. A mobilização da elite continuou e em pouco tempo foi criada a Associação Comercial de Caxias, demonstrando que o comércio era uma atividade econômica que se destacava na região. Além da UPC e da Associação Comercial, os líderes caxienses também contavam com o jornal “Voz do Povo Caxiense”. Era mais uma forma de chamar a atenção para os problemas que o distrito enfrentava e não eram solucionados pelas autoridades municipais.

No período em que o Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo uma comissão de moradores entregou um manifesto ao interventor Amaral Peixoto, expondo a situação de desamparo que vivia no distrito. Além disso, propuseram a divisão do município de Nova Iguaçu. Como resposta o interventor mandou prender os homens que assinaram o documento. A reação foi dura, mas foi o próprio Amaral Peixoto o responsável pelo ato de criação do município de Duque de Caxias, no dia 31 de dezembro de 1943.

Em cumprimento à reforma territorial proposta pelo governo federal em 1937, o interventor emancipou o distrito, porém o Comandante também estava atento ao grande contingente eleitoral que a região representava. Além disso, o interventor precisava controlar as camadas urbanas emergentes que se localizavam na baixada fluminense, portanto a emancipação do distrito não se constituiu num ato isolado do Comandante, mas envolveu muitos fatores, desde a pressão da população mais carente, passando pela política da elite local até o xadrez político estadual.

É preciso considerar os movimentos de caráter político ocorridos nos anos 30 e 40, pois a negligência iguaçuana com o distrito contribuiu para os eventos deste período. Nesses momentos a elite emergente do território caxiense se uniu para defender sua região e se distanciar cada vez mais de Nova Iguaçu.

A mudança da placa, neste sentido pode ser entendida como marco inicial no processo que teria seu ápice a emancipação de Caxias do município de Nova Iguaçu. Entre a mudança da placa em 1931, a transformação da região em Oitavo Distrito, a solicitação da emancipação pela comissão local e sua prisão até a criação novo município em 1943, muitos atores e eventos concorreram para tal desfecho e, ainda que a pesquisa tenha sido insuficiente (por ter sido incipiente) pode-se afirmar que o marco inicial apontava para uma realidade política diversa do distrito sede. A elite política local capitaneada pelo homem da capa preta e com apoio do Comandante, sob os trilhos do progresso estava deixando para trás uma “Merity do pavor” dando como alternativa Caxias!

Referências bibliográficas

ABREU, A. et. al. (orgs.). *Dicionário Histórico--Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2011.

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Regional de Meriti*. RJ: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. *Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1995.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, meu pai*. RJ: Global Editora, 1986.

DAVID, Fátima Bitencourt; RUFINO, Márcia Montílio; ALVARENGA, Márcia Soares (Orgs.). *Professoras pensam a cidade. A educação pública em debate no Município de Duque de Caxias*. RJ: HP Comunicação Editora, 2011.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório, o homem e o mito*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1986.

FUCHS, Guilherme. *Depoimentos e Reflexões de um Teuto Brasileiro - Uma Crônica*. RJ: Real Rio Gráfica Ltda, 1988.

GRYNSZPAN, Mário. *Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. In Revista de Ciências Sociais, nº 14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1990.

LACERDA, Stélio. *Pelos Caminhos que a História Deixou: Passeios culturais aos principais sítios e monumentos históricos de Duque de Caxias e municípios circunvizinhos (1992-1994)*. Rio de Janeiro: Renascer, 2004.

_____. *A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão)*. In: Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Instituto vereador Thomé Siqueira

Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003.

_____. *Tempos de Ginásio*. Rio de Janeiro: Edições Lorena, 2010.

_____. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de Memória e Registro Diversos*. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

_____. *A fábrica de tecidos do “Corte Oito”*. Duque de Caxias, RJ: Portal Literário, 2007.

_____. *Antes que o tempo apague*. Rio de Janeiro, RJ: Portal Literário Editora, 2007.

_____. *Caxias de ontem: um pouco de memória*. Rio de Janeiro, RJ: Fábrica de Livros – SENAI/RJ, 2003.

LAZARONI, Dalva. *Mate com Angu – a história de Armanda Álvaro Alberto*. RJ: Editora Europa, 2010.

LEITE, Barbosa. *Trilhas, roteiros e lendas de uma cidade chamada Duque de Caxias*. Duque de Caxias: RJ, 1986.

LEMOS, Santos. *Sangue no 311*. Rio de Janeiro: REPER, 1967.

_____. *Os Donos da Cidade*. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

_____. *O Negro Sabará*. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

LUSTOSA, José. *Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município – dados gerais*. RJ: Gráfica do IBGE, 1958.

MATTOS, Theóphilo Antônio da Rocha. *História de uma nova igreja: Jubileu de Prata da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti*. Duque de Caxias, RJ: Renascer, 2003.

MORAES, Dalva Lazoni. *Esboço Histórico e Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias: Arsgráfica, 1978.

PRADO, Marcos. *Jardim Gramacho*. RJ: Argumento, 2004.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e Luta Operária: O caso FNM*. RJ: Paz e Terra, 1989.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

SOARES, Josette de Campos. *Aquino de Araújo: a escola que eu vi crescer*. RJ: Gráfica e Editora PANTONE, 2008.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local (1900-1964)*. RJ: Dissertação de Mestrado, 2002.

_____. *Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50*. Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003.

VELHO, Laís Costa. *Caxias, Ponto a Ponto (1953-1957)*. Duque de Caxias: Editora Agora, 1965.

WEID, Elizabeth Von Der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878-1930*. RJ: FCRB/CNI, 1986.

Títulos disponíveis em meios eletrônicos

< <http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/comissoes/extincao.htm> >, acesso em 15 de julho de 2012.

< <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/o-homem-da-cap-a-preta> >, acesso em 26 de julho de 2012.

Fontes

Brasil. Diretoria de estatística. Censo de 1890.

Brasil. IBGE. Censo de 1940.

Brasil. IBGE. Censo de 2010

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, vol. XXVIII, Rio de Janeiro, 1959.

GOES, Hildebrando de Araújo. *Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro Ministério de Viação e Obras Públicas , 1934

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1975.

Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1914.

Periódicos

O MUNICIPAL. 24-05-1968.

O TOPICO. 25-08-1958.

Almanaque Laemmert, 1889.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 293, out. - dez., 1971.